

ATA Nº23

----- **Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 29 de abril de dois mil e vinte e cinco.** -----

----- Ao vigésimo nono dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas dezassete horas, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelo(a)s senhor(a)s Maria Helena Marques e Tony Richard de Oliveira Almeida, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 21/02/2025;** -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

----- **C – Justificação de faltas;** -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

----- **F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

-----**PONTO DOIS: ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA 2024;** -----

-----**PONTO TRÊS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2024;** -----

-----**PONTO QUATRO: PROPOSTA AO EXECUTIVO MUNICIPAL SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 3.º GRAU.** -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Andreia Pereira Santos Marques, Victor Fernando Santos Neto, Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, Hermes Fernandes, Sérgio Domingos, em substituição Sérgio Manuel de Jesus Martins e Virgínia Pinho, em substituição de Madalena Marques Santos Simões Pinto, eleitos na lista do PSD.

----- Óscar Lopes Francisco, Alexandre Ferreira Marques, Rogério Paulo Soares, Diana Ferreira Julião e António Bastião, em substituição de Rodrigo Capeloa, eleitos na lista do CDS. -----

----- Miguel Tarenta, em substituição de Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Luís Pinho, em substituição de Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

-----Iguualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Cláudio Curto, em representação de Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; João Paulo das Neves Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos e Nelson Costa

Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à sessão os senhores Óscar Manuel de Oliveira Gaspar, Bruno Marcelo Regalado Julião, Sérgio Manuel de Jesus Martins, Rodrigo Capeloa, Liliana dos Santos Barreira e Filipe Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, João Paulo Sousa Gonçalves, o senhor Vice-Presidente Pedro Miguel Carvalhais Bento e as senhoras Vereadoras Dulcínia Martins Sereno, Maria do Céu Marques, Susana Gravato e Ana Micaela Simões. -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 21 de fevereiro de 2025.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a ata, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na sessão. -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, e anteriormente não divulgada, no período compreendido entre vinte e quatro de fevereiro e vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco. Entretanto, justificou porque é que esta reunião ocorre no dia de hoje. Atendendo ao calendário, habitualmente as sessões realizam-se sempre à sexta-feira, não é nenhuma imposição, é um método que se utiliza, porque entendeu-se que é o dia mais oportuno para todos. No entanto, com a questão da Páscoa e do 25 de Abril e da necessidade que a Câmara, que o Executivo, tem para discutir e aprovar antes de vir a esta Assembleia os documentos que veem, com a importância, por exemplo, da prestação de contas, entendeu-se que hoje era o dia adequado para o fazer. O senhor Presidente teve o cuidado de prestar essa indicação a todos os porta vozes dos grupos municipais, com muita antecedência, precisamente para resolver qualquer problema de agenda e para que permitisse a todos participarem nestes trabalhos. Outra justificação tem a ver com uma novidade relativamente a este período de tempo que decorreu desde a última sessão até à sessão de hoje, que é o tema que diz muito ao Concelho de Vagos, que tem a ver com a questão da desagregação de freguesias. Se bem se lembram, na última sessão, o diploma tinha sido devolvido pelo senhor Presidente da República à Assembleia da República, que o confirmou e, portanto, está aprovada a Lei 25-A de 2025, que permite assim que a questão da desagregação de freguesias seja uma realidade. O senhor Presidente da Mesa tem estado a acompanhar, sabe que as Juntas de Freguesia e as Assembleias de Freguesia já estão a fazer o trabalho que a própria Lei impõe para cumprir com requisitos para que esta alteração produza efeitos nas próximas Eleições Autárquicas. Os trabalhos estão a decorrer com normalidade para ir ao encontro daquela que foi uma pretensão da população de vagos com este intuito e com este interesse da desagregação de freguesias. Entretanto, informou à Assembleia de que o senhor Deputado Nuno Moura comunicou a cessação das suas funções como porta voz do grupo municipal do PSD e foi indicado internamente como porta voz o senhor Deputado Juan Carlos Martins. Por último, e não menos importante, deixou uma palavra de agradecimento relativamente às sessões do 25 de Abril que se fizeram passada na sexta-feira e que na opinião do senhor

presidente foram, condizendo com os anos anteriores, umas celebrações que dignificam muito o Concelho de Vagos e, por isso, foi feito um excelente trabalho e estão todos de parabéns, e agradeceu aos grupos municipais que também participaram e ao público em geral. -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos membros que faltaram à sessão de hoje. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Do público pediu para intervir o senhor Paulo Grave. A minha primeira questão é a requalificação da rotunda da Fonte Nova, conforme umas fotos que anexou à inscrição. Uma ilha ecológica, que acho que toda a gente sabe o que é. Penso que desta vez ali não há nenhuma tuvaria subterrânea como na antiga, desde ali ao perto do Restaurante Klipper. Fica bonito, se pedirem a colaboração à população até para fazer ali um pequeno jardim, uma coisa simples, uma área de descanso para quem vem para a Praia da Vagueira de bicicleta ou a pé, quem sabe, ou a caminho do santuário, que também passa ali muitas pessoas, e com um ponto de água, uma fontezinha pequenina, chamam-lhe um bebedouro, não gosta do termo, mas é o que é. Segundo assunto, a rotunda do Lidl. Se olharem também para a foto, hoje está um bocadinho pior, quem não seja de Vagos, e que seja a primeira vez que passe naquela rotunda à noite, que venha do sul em direção ao norte, ou seja, em direção ao centro da vila, em várias circunstâncias, a pessoa pura e simplesmente não vê a aproximação, não vê a rotunda. É óbvio que esta pessoa que não vê, não vem a cumprir os 50 km hora, todos sabem isso, mas também há os outros que cumprem essa parte, e a preocupação é só uma, como este último acidente. Imagine-se que vem uma mãe do Lidl, e ironizou um bocadinho, um pouco de carga, e vem com um carrinho de bebê, naquele momento, e é isso nisso que tem de se pensar. O senhor Paulo sabe que não é uma responsabilidade da Câmara Municipal, mas tem que fazer pressão junto das Infraestruturas de Portugal. Terceiro assunto, paragem dos autocarros na rotunda da Capela de Santo António. Quando chove, infelizmente, as pessoas de manhã têm tomado alguns banhos extras, nem sempre têm hipótese de fugir para aquela clínica que há o Clínico, à espera do autocarro. Em dias de chuva, se virem bem, mesmo em frente à paragem, aquilo tem ali facilmente cinco centímetros de água, provoca aquela onda, que todos sabem o que é, e vai molhar as pessoas que estão na paragem. Quarto ponto, este aqui é um bocadinho mais chato vir sempre aqui falar nas passadeiras. Ali junto ao Pingo Doce, impecável, ao pé do Museu do Brincar também, mas depois há uma outra passadeira, quem sai do Mercado e atravessa a estrada à Rua dos Bombeiros, em direção ao estacionamento do lado oposto, onde também não tem o sinal vertical de aproximação. Este sinal já lá esteve, mas foi retirado talvez, pelos caminhões que antes estacionavam lá. Por exemplo aqui em frente ao CER, onde está a decorrer a sessão da Assembleia Municipal, do lado oposto, também não tem sinal vertical de passadeira. Nestes casos, o senhor Paulo não sabe de quem é responsabilidade, se é da Câmara Municipal se é das Infraestruturas de Portugal, mas que falta ali falta. Agora, faltam muitas situações aí pelo

município, garantidamente, e entende que não tem que ser um munícipe a vir todas as Assembleias tocar nesse assunto, tem de haver uma entidade, não sabe qual, que toma conta dessa parte, e que faça um levantamento sério e exaustivo. É natural que vá demorar tempo, mas tem que ser feito por prioridades. Entretanto, esta parte da vila, a que chamam a cidade mais acessível, o senhor Paulo convida a Vereadora, que trata desta parte, para uma situação, ou seja, a sair consigo do Município, do Vagos, Rua da Saudade, em direção à 109, e sempre de cadeira de rodas, e arranja o equipamento, há uma empresa de Vagos que lhe vai fornecer, e vão até à Praça do Município, para ver se é fácil. O senhor Paulo considera que é quase impossível, as pessoas têm que fazer ali um bocadinho de ginástico, e é isso que tem que ser tratado, porque a Vila de Vagos, e o Município, têm que estar preparados para tudo. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelo munícipe Paulo Grave e começou por agradecer os contributos, tem havido alguns, e não é uma perda de tempo isto que faz, considera muito útil. Relativamente à rotunda da Rua da Fonte, é assim que se chama, a Câmara Municipal está a trabalhar numa solução. Há duas ou três propostas, é uma decisão que terá de se tomar, em conjunto, mas como é óbvio, aceitam-se contributos porque são bons também para dar algumas ideias. É um assunto que está a ser tratado. Em relação à rotunda do Lidl, havendo só um caso, o problema é que já houve mais de um caso, já se falou sobre isso também. A Câmara Municipal irá falar com o IP para ver se é possível fazer ali alguma, e é possível, é sempre possível, uma melhoria da sinalização, porque realmente ali há um sítio de 50 km hora, mas o problema é que todos sabem que nem todos cumprem. Terá de se agendar uma reunião, já foi solicitada, ao IP, porque como vocês veem, a Estrada Nacional, a Norte, à entrada de vagos, está a ficar numa situação muito complicada. O senhor Presidente já falou com a Senhora Diretora, a ver se numa reunião se consegue ultrapassar a situação, porque a estrada tem que ser reparada, não pode continuar naquela condição. Relativamente à situação da paragem dos autocarros na rotunda da Capela Santo António, pois ali quando chove, realmente acumula-se ali água, já se percebeu isso. Essa é outra situação que também terá de se abordar com o IP, assim como a sinalização vertical, que embora seja da responsabilidade do IP a Câmara Municipal não tem nenhum problema em substituir-se a eles, e eventualmente se tiver alguma questão também estaremos aqui para resolver. Aliás, como muitas vezes se substituí, alguns buracos que se veem, começam a ser críticos na 109, é a Autarquia que os vai reparar, porque se há algum acidente a pessoa não tem culpa, ninguém quer que haja acidentes, que ninguém se magoe. Relativamente à situação da mobilidade, sim, isso é um problema. O Concelho temos em vários pontos a mobilidade reduzida, pessoas com mobilidade reduzida, cadeira de rodas, tem vindo a melhorar, mas há muito trabalho a fazer, aqui e em outros, não é necessário falar de outros Municípios, Vagos é que preocupa, mas é uma situação a melhorar, sim, tudo o que se conseguir fazer para isso, irá ser feito, só que muitas vezes, neste caso também tem a ver com a 109, tem a ver com as Infraestruturas de Portugal, não é fácil a situação dos tempos, os prazos deles serem compatíveis com os da Câmara Municipal e com os das pessoas, mas ir-se-

á fazer o possível, como já em algumas situações se tem feito, e tem avançado muitas vezes, correndo algum risco. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- **Nuno Moura:** O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que *“hoje tomo a palavra num momento especial para mim, de certa forma emotivo. Como já havia anunciado publicamente, e o senhor Presidente também já fez o favor de transmitir, e após uma reflexão profunda e pessoal, decidi, pelas razões que conhecem, deixar as funções de porta-voz do grupo municipal do PSD nesta Assembleia. Tendo em conta os constrangimentos técnicos que inviabilizaram a reunião do Grupo Municipal no dia de ontem, não foi ainda possível proceder a uma designação formal do novo representante, no entanto, e de forma a garantir a continuidade dos trabalhos, solicitei a Juan Martins que me substitua interinamente até que essa nomeação possa ocorrer de forma oficial, facto que vocês também já têm conhecimento e dei conhecimento ao senhor. Presidente da Assembleia Municipal. E, portanto, queria dizer-vos que esta não foi uma decisão repentina, foi consequência dos tempos, em consciência e tendo sempre presente o respeito que tenho por este órgão e pela missão que aqui desempenhamos. Chega agora o momento de encerrar este ciclo com serenidade, orgulho e gratidão. Quero em primeiro lugar deixar uma palavra muito sentida ao grupo municipal do PSD, aos colegas que me acompanharam de forma leal, empenhada e solidária, o meu mais sincero agradecimento. Foram fundamentais para que esta liderança fosse possível e para que juntos conseguíssemos representar dignamente os nossos eleitores e contribuir positivamente para os trabalhos desta Assembleia. O vosso apoio foi constante, firme e generoso e, por isso, muito obrigado. Podem, obviamente, continuar a contar com o meu. A todos os restantes elementos desta Assembleia quero igualmente deixar uma palavra de apreço. Independentemente das diferenças naturais que a democracia encerra, conseguimos manter o respeito, a seriedade e o compromisso com o Concelho de Vagos. Foi essa postura que tornou o debate possível e o trabalho frutífero. Por isso, levo também daqui o sentimento de gratidão por tudo o que partilhámos, até nos momentos mais exigentes. Saio com a consciência tranquila, com o sentimento de missão cumprida e com o coração cheio por ter tido o privilégio de exercer estas funções. Não abandono, no entanto, a política nem os valores da social-democracia que continuo a defender com convicção. E mantenho-me, acima de tudo, fiel aos meus considerados vaguenses na defesa intransigente dos seus anseios e interesses. Apenas peço que compreendam o meu resguardo, como todos precisamos, em certos momentos da vida, para escutar, refletir e preparar o que vem a seguir. Estarei, como sempre, presente e atento. Muito obrigado a todos.”* -----

----- **António Bastião:** O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e começou por questionar para quando a requalificação da estrada que vai de Carvalhais a Calvão, a estrada que vai de Calvão à Parada de Cima, a estrada que vai da Fonte de Angeão ao Covão do Lobo e a estrada que vai de Ouca ao Rio Tinto. Entretanto, perguntou, em relação à consulta aberta, que está frequentemente encerrada, se tem algum conhecimento e se foram tomadas algumas diligências. Quanto ao Posto Médico do Covão do Lobo, o mesmo foi reaberto no dia vinte e três de abril, obviamente, isto é motivo de orgulho e satisfação, todavia funcionou apenas, e exclusivamente, entre

as 08h30 e as 11h00 da manhã. Isto parece que é relativamente pouco e, por isso, questionou quantas vezes por semana está previsto funcionar. Finalmente, e esta pergunta pode ser válida também para o senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se estão previstas algumas comemorações para o dia 10 de junho e para o dia 25 de novembro. O 25 de novembro vai fazer 50 anos este ano. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que em relação ao 10 de junho não tem sido hábito em Vagos fazer-se essa celebração, portanto não há nada que esteja previsto para essa altura. Em relação ao 25 de novembro, apesar de ser uma data, efetivamente, importante para a Democracia, o senhor Presidente é daqueles que, e assume claramente, a data mais importante é realmente o 25 de abril, mas que o 25 de novembro também tem essa importância e, portanto, não entra naquela situação de ajuste de contas em relação, parece que as pessoas são mais democratas se apoiarem a defender mais uma data do que outra. Considera e dá o devido valor às duas datas, porque elas estão intrinsecamente ligadas, se bem que para si o 25 de abril é mais importante, não retirando o valor e a importância ao 25 de novembro, mas é um tema que não o preocupa por uma razão, isto é, vai haver eleições, seria até um ato de alguma imaturidade da sua parte estar a preparar uma celebração que se vai verificar no mandato seguinte, portanto quem cá estiver de forma democrática e é quem legitimamente tem competência para decidir depois em relação a essa matéria e certamente que o fará. -----

----- **Albano Gonçalves:** O senhor Deputado Albano Gonçalves usou da palavra e, em primeiro lugar, falou do Posto Médico de Covão do Lobo que abriu e ficou muito contente por isso. É verdade que foi só um dia, como o senhor António Bastião falou, entre as 08 horas e as 11h30 da manhã, de facto é muito pouco, mas pronto, pelo menos abriu, e com certeza irão prolongar esse mesmo serviço. Agora, o menos bom é o serviço do Espaço Cidadão, em Fonte de Angeão. Há três anos que se anda com os funcionários “para baixo e para cima” e considera que é muito chato, um espaço que foi aberto com muito encanto, com muita animação chegar à altura do verão e ter sempre o mesmo problema, ou seja, não há um funcionário para ter lá a cumprir o horário que foi prometido. O senhor Albano Gonçalves teve ontem conhecimento, através da senhora Vereadora, que não está aqui para poder contestar aquilo que vai dizer, mas ficou triste, não é chateado é triste, porque já abriu há três anos e quando mais se precisa do espaço ele não funciona. Não há casa nenhuma que ande para a frente “a fechar e a abrir, a fechar e a abrir, a fechar e a abrir.” Já houve bastante tempo para meterem a casa em ordem e, por isso, pede ao senhor Presidente, ao Executivo, para que vejam a probabilidade de manter o espaço aberto, mas bem aberto. -----

----- **Hugo Santos:** O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que traz aqui três questões. A primeira, até porque houve a Assembleia a Freguesia no dia vinte e quatro, diz respeito às almofadas redutoras na Rua da Estrada em Ouca estão só à metade. Numa reunião que decorreu no local com o senhor Presidente este referiu que até tinha dado a indicação de colocar as outras que faltavam, porém deve ter havido aí uma alteração de planos e elas deixaram de lá estar, mas fazem falta aquelas outras duas e gostaria de saber um prazo para a sua colocação. Segunda questão, pagamentos às Juntas de Freguesia, concretizam-se hoje cento e dezanove dias desde o

último dia de dois mil e vinte e quatro, portanto o último trimestre de dois mil e vinte e quatro ainda está em atraso. Foi feito um pagamento há pouco tempo, mas era importante aqui um sinal por parte do Executivo Municipal para liquidar esse último trimestre de dois mil e vinte e quatro. Terceira, e última questão diz respeito aos alcatroamentos. Os alcatroamentos de dois mil e vinte e três ainda estão em curso, os de dois mil e vinte e quatro ainda não iniciaram e gostaria de saber se há previsão para o lançamento da empreitada dos mesmos. -----

----- **Sidónio Sansana:** O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que nos últimos dias foi notícia um estudo da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente chamado Roteiro Nacional para Adaptação 2100, que revela, em síntese, que as praias da região correm o risco de desaparecer e que essas zonas costeiras serão a partir de agora mais suscetíveis a inundações frequentes. Estava o senhor Deputado a ler isto e a pensar, a menos que os decisores políticos já se tenham rendido ao inevitável, deveriam existir ações suportadas e apoios públicos para tentar minorar os efeitos que se adivinham. E por acaso há. Aqui para a zona chama-se Programa da Orla Costeira ou da Marinha Grande, para ver um diagnóstico dos problemas com ações corretivas a propósito. Nasceu há cerca de vinte anos, mas como os problemas estão cada vez mais críticos, em dois mil e vinte e quatro foi reformulado em moldes que ainda estão em discussão pública até à próxima sexta-feira. Uma oportunidade para a Orla Costeira de Vagos, cujas praias são descritas no diagnóstico do programa como, em geral, estando em mau estado ou com dunas primárias no geral em mau estado. Mas o que é que lá está previsto na reforma para Vagos? Na zona costeira de Vagueira Norte, assim designada no estudo, cuja desgraça vê habitualmente da janela de sua casa, e já abordou aqui várias vezes, não se prevê nada. Para as restantes zonas descritas, como Vagueira Sul, Labrego e Areão, reposição de areias, outras ações corretivas de proteção da costa, como se faz noutros municípios e como está previsto noutros municípios, não. Está prevista a implantação de passadiços e requalificação de estacionamento existentes. Em vez de reforçar a proteção da costa, reforça-se o apelo ao turismo e o ataque às zonas já habitualmente sensíveis. E com o agravante que a intervenção no Labrego serve muitos interesses privados, já custa dinheiros públicos. -----

----- **Miguel Tarenta:** O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e referiu que mais uma Assembleia Municipal em que participa, mais uma capa do ponto em que vem falar. Desta vez vai ser uma intervenção mais simpática e vem felicitar o senhor Presidente da Câmara Municipal pelo prémio ganho na Gala Vaga D'Ouro e a Câmara Municipal pelo prémio recebido a propósito das Comemorações do 25 de Abril. O senhor Deputado considera que foi um esforço que valeu a pena. Portanto, estão todos de parabéns. Relativamente à transferência de competências na Estrada Nacional 109, já aqui foi referido que irá haver uma reunião com o IP, e, por isso, pergunta se esse assunto vai ser abordado e em que ponto é que estão as negociações para a transferência de competências, porque há muito tempo que o assunto vem sendo tratado, anda, anda, anda, o que acaba por causar limitações na gestão da própria estrada, na imagem do Concelho, e tudo mais que possa existir. Na Gafanha da Boa Hora, Rua Albino Oliveira Pinto, continuam a existir alguns buracos naquela zona, algumas ratazanas e também alguns automobilistas que confundem aquilo com um

autódromo, andando a velocidades excessivas, pelo que seria importante adotar mecanismos, soluções, que permitissem a redução de velocidade, nomeadamente a colocação de lombas ou outros meios que o pessoal técnico entendesse por convenientes, mas que efetivamente fosse arranjado uma solução para tal problema. Voltando, pegando aqui no assunto dos avanços de águas do mar, já foi aqui levantado por diversas vezes, não é um problema de agora. O jornal O Público, em dois mil e catorze, avançou com uma notícia de que até dois mil e cem uma série de praias e de zonas costeiras podiam ficar afetadas, onde se inclui a Praia da Vagueira. Portanto, já lá vão onze anos de atraso relativamente a essa altura e convém efetivamente adotar uma solução eficaz porque, caso contrário, a Vagueira deixa de ser a melhor praia do mundo, isto na opinião de alguns, e passa a ser uma grande piscina de água salgada e isso certamente é o que não se quer. Também é um facto a necessidade das lombas redutoras de velocidade na Rua da Estrada em Ouca, efetivamente, aquilo causa alguns constrangimentos e faz com que muitas vezes os automobilistas, para evitar passar por cima das lombas, comecem a fazer o slalom, comecem a andar a ziguezaguear e numa zona de grande circulação de pessoas, qualquer dia haverá acidente, mas também urge uma solução nessa área. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e agradeceu as palavras relembrando esta Assembleia, por caso não fez referência a isso, da importância que foi o reconhecimento com o Prémio Júri das celebrações dos 50 anos de 25 de Abril. Tal como disse na altura, e quer dizer agora, este é um trabalho de todos e, portanto, o agradecimento é um reconhecimento para todos os elementos desta Assembleia pela forma correta, elevada, com urbanidade, como se tem feito política em Vagos e, portanto, isto deve orgulhar todos e é também uma responsabilidade para o futuro, desta forma de estar e de fazer tudo. -----

----- **Juan Carlos Martins:** O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e começou por dar os parabéns aos senhores Presidentes de Junta das Uniões de Freguesia pelo trabalho que fizeram pronto e com qualidade na preparação da documentação da desagregação das freguesias, que foi a vontade do povo e está a ser concretizada. De seguida, perguntou ao senhor Presidente da Câmara sobre o início das obras dos Centros de Saúde, está previsto para quando, dos dois, do Soza e o Ponte de Vagos. Uma das coisas que o preocupa, pois passa lá todos os dias, é se a estrada Rines – Sanchequias Reinos se já foi entregue, porque vê-se a olhos de vistos a degradação que existe naquela estrada. Já há os cortes que algumas empresas de telecomunicações da Aveiro estão a fazer e repõem. Há sítios em que a via ciclável, que já não é via ciclável, porque os cortes já estão fundos, e há sítios em que a estrada já está a perder o alcatrão no meio. O senhor Deputado pede à Câmara Municipal se pode fiscalizar aquilo que está a acontecer nessa estrada. É importante, porque a estrada tem cinco anos e é importante, porque se era uma estrada que estava com alguma qualidade, está a perder essa qualidade. Outra questão é as rotundas, a rotunda do Peixe e a rotunda de Santo André. A do Peixe já começou, mas parou, não se sabe porque razão, o embelezamento destas duas rotundas é importante, se puderem dizer alguma coisa sobre o assunto. Outro assunto é o início das obras da Rua Padre Vicente da Rocha, que é uma obra importantíssima para grande parte da população aqui de Vagos, orçada em, se não houver engano, um milhão e quatrocentos e

cinquenta mil euros. Sabe-se que está adjudicada, para quando o início dessa obra. -----

----- **Alexandre Marques:** O senhor Deputado usou da palavra e referiu que o senhor Deputado Juan falou das rotundas, eu ele volta a reforçar, falando de rotunda de Santo André, uma promessa eleitoral de mais do que um partido no Concelho, já desde dois mil e treze, mas ainda ninguém lhe mexeu, ainda ninguém lhe tocou, só cortam as ervas de vez em quando e, portanto, reforça aqui o pedido de esclarecimentos que o colega Juan fez. Em relação ao ponto que inicialmente o trazia aqui, que ainda ninguém abordou, é um ponto um bocado sensível, e é mais dirigido ao Presidente da Assembleia. Todos os anos, quando os membros da Assembleia Municipal recebem as senhas de presença, não sabe o que é que os colegas fazem, ele costuma fazer uma doação e achou um bocadinho estranho porque nem sempre o valor é igual. Nesse sentido, perguntou ao senhor Presidente da Câmara, qual é que é o valor que os membros da Assembleia recebem por estarem aqui. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e esclareceu que as senhas de presença são pagas consoante a tabela que está definida em lei, salvo erro coerente, mas pode, depois, precisar os números e vai fazer questão de precisar esses números, que são controladas em função das presenças que são feitas e, portanto, como se trata de dinheiro, e para não haver aqui nenhuma dúvida. O senhor Presidente vai pedir aos serviços para lhe enviar quer o valor unitário, quer o valor das sessões que foram pagas para não haver nenhuma incongruência ou não haver aí nenhum lapso e não haver nenhuma dúvida. Aliás, vai pedir para que seja feito para todos os membros da Assembleia, é mais fácil para não haver aqui nenhuma dúvida. Só uma nota, a tabela que é aplicada, o Presidente ganha mais, isso decorre da lei, está à tabela, e, portanto, é rigorosamente aplicado aquilo que é a lei nesse aspeto e contabilizadas as presenças do ano. Pode haver aqui o pagamento corresponder só a um ano ou ultrapassar o ano civil, e daí é essa a diferença, pode haver. O senhor Presidente faz questão de, para não haver nenhuma dúvida e para vossas Excelências saberem em quanto é que são assalariados, eu vou de explicar isso tudo por escrito para depois clarificar e não haver nenhuma dúvida em relação a isso.

----- **Arlindo das Neves:** O senhor Deputado usou da palavra e referiu-se à rotunda do Areão, isto é mais pedido de informação, ou seja, a rotunda do Areão é para quando? Perguntou. Ainda agora foi à Comissão de Segurança, onde estavam várias entidades e as coisas ficaram mais ou menos esclarecidas e hoje gostaria de saber se há uma resposta para isso, porque já lá morreram cinco ou seis pessoas e é um ponto crítico. Em relação ao saneamento da Boa Hora, teve agora conhecimento que há o PAC 1, que é a norte da rotunda da Avenida do Parque de Campismo até à Gafanha do Carmo e depois o PAC 2 e o PAC 3 para Sul. E parece-me que há um PAC que, ou os dois, a Sul da Avenida, que foram contemplados, que não houve interessados, que ficaram vazios. O senhor Arlindo agradece saber também qual o ponto da situação, porque ainda hoje foi abordado por algumas pessoas que estão a fazer casas na Rua da Alta Tensão e não só, e que são várias, e que gostariam de saber alguma coisa. Em relação ao Posto Médico também gostaria de saber alguma coisa, e felicitou todo o Executivo que teve interveio, e não foi tão pouco como isso, nessa boa feitoria que veio para o Covão do Lobo, é pena é que esteja tão pouco tempo aberto, mas pelo menos é um

princípio e não está fechado. Já ouviu aqui falarem em obras em duas zonas, em duas Freguesias, não se falou na Gafanha da Boa Hora, sendo essa uma, segundo a informação, das prioridades, gostaria de saber qual o ponto da situação e para quando as obras que estão previstas para lá. Entretanto, referiu um problema que já se arrasta, talvez já desde dois mil e quinze, que houve um acordo que se fez, já no primeiro mandato, dos lotes da Boa Hora, a haver ali lotes, porque na altura, esta Assembleia deve lembrar-se, foram aqui votados três lotes para a Freguesia da Boa Hora. O senhor Deputado não está a pedir nada para si, mas foram três lotes que nessa altura e foi-lhe prometido que os outros que viriam depois, de seguida, porque são lotes que estão a fazer, estão a confrontar-se uns aos outros e no futuro poderá haver um grande problema, porque foram feitos obras antes de ele estar e agora tem que assumir e resolver para que a Freguesia não fique refém de coisa nenhuma. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal. Relativamente às questões do senhor Deputado António Bastião, sim, realmente estas estradas são também prioritárias, o problema é que existem bastantes prioritárias. Algumas delas carecem de empreitadas específicas, não dá para resolver só com a questão dos alcatroamentos, e gostava de as lançar todas, mas não consegue, portanto, tem de ir por prioridades. Por exemplo, agora vai ser lançada a empreitada da Rotunda da Zona Industrial à rotunda do barco, esta estrada está muito má e essas que referiu também estão assinaladas, mas têm de aguardar, e esta também teve que aguardar, como sabem, já devia estar feita há algum tempo. Estas estradas são prioritárias, também irão ser feitas, eventualmente poderão já não ser com este Presidente, mas estão assinaladas pelo planeamento de obras e tudo irá fazer para lançar ainda algumas enquanto estiver como Presidente, mas fazem todo o sentido e terão de ser feitas de uma forma ou de outra. A estrada que foi feita, que passa pelo centro de Soza, também era uma prioridade, também foi, portanto estas também chegará o tempo delas, espero que o mais rápido possível. Relativamente ao posto médico de Covão do Lobo, a Câmara Municipal fez o possível, fez o trabalho todo, não quer estar aqui a referir méritos de ninguém, o que se queria é que o posto médico abrisse mais tempo, mas o que se conseguiu foi que ele abrisse uma manhã todas as semanas. O senhor Presidente foi verificar se tinha aberto ou não, de manhã, porque teve de falar com o médico, ele e a senhora Vereadora, porque queria mesmo ver. Inicialmente tinha-se dito que era no dia um de abril, não aconteceu, embora o dia um de abril fosse um dia um bocado suspeito para abrir devido à data. Entretanto, foi logo de manhã às nove horas, falou com o médico, e ficou contente por ver que abriu, não é o ideal, mas é melhor que nada. o Posto Médico está a funcionar às quartas-feiras de manhã, e espera-se agora conseguir o melhor, sempre mais, mas não depende inteiramente da Câmara Municipal. Relativamente à situação das comemorações do 10 de junho, o senhor Presidente da Assembleia já respondeu, a Câmara Municipal, segundo a senhora Vereadora, está a tratar de uma atividade relacionada com Luís Camões, portanto, irá assinalar a data dessa forma. Relativamente ao senhor Albano Gonçalves, o Espaço do Município em Fonte de Angeão tem tido algumas dificuldades no que respeita a recursos humanos. Tem que ser um recurso humano com treino e, portanto, não é muito fácil de conseguir

que esteja preparado de um dia para o outro, para atender as pessoas. E a verdade é que depois temos há situação das férias, em que tem que haver rotação de pessoas isso e causa esse transtorno. Segundo a Chefe de Divisão de Recursos Humanos pode eventualmente ver-se agora, na situação do concurso de assistentes técnicos, se é possível conseguir ter alguém com um currículo que se adeque a esta função, mas o que pode dizer é isso, que a Câmara Municipal vai tentar melhorar esta situação, sem garantias de que consiga. Em relação ao senhor Deputado Hugo Santos, é verdade, a colocação de lombas redutoras só de um lado é uma situação do perigo. Os carros não respeitam e vão para o outro lado da via. Ainda não foi possível concluir esse trabalho, mas vai ver se faz pressão com os serviços, ver o que é que aconteceu, para colocar pelo menos as duas almofadas naquele sítio. Aliás, falou-se sobre isso, e verificou-se que enquanto estavam os pinos, a situação resolvia-se. O problema é que há ali um sítio em que a estrada é muito estreita e os pinos não aguentam lá muito tempo, e não vale a pena insistir nos pinos. Portanto, aqui tem que ser mesmo outra almofada, que é para os condutores não terem hipótese, senão as pessoas desviam. E é verdade, porque já aconteceu isso com o senhor Presidente, um carro que vinha de frente. Relativamente ao pagamento às Juntas de Freguesia, foi efetuado um pagamento na semana passada. O que falta é o último trimestre de dois mil e vinte e quatro, porque ainda não há relatórios de dois mil e vinte e cinco. Não sabe se alguma junta já enviou, não quer estar a ser injusto, mas não tem a maioria dos relatórios do primeiro trimestre de dois mil e vinte e cinco, portanto, considera que está em falta com o último trimestre de dois mil e vinte e quatro. Assim que puderem, enviam relatórios também de dois mil e vinte e cinco, porque a Câmara Municipal vai fazer o possível, para, num curto agora espaço de tempo, voltar a fazer já o outro pagamento. Como se sabe, já se falou aqui, tem sido feito uma recuperação dos pagamentos às Juntas de Freguesia, com algum sacrifício, mas é sua obrigação, não é favor nenhum fazer. No que respeita aos alcatroamentos os que estão a decorrer, que já se falou aqui, e não queria ter de falar outra vez, porque não conseguiu que o empreiteiro viesse ainda a acabar os outros 26 ou 27% de alcatroamentos que falta. Houve mau tempo, mas o mau tempo agora já não é justificação, porque esta semana já esteve bom tempo a semana toda. O senhor Presidente falou com o empreiteiro e não conseguiu ainda que ele viesse, mas está a fazer todos os possíveis para ele vir a acabar o trabalho, porque depois vai cair-se numa situação que terá que importar multas, terá que se negociar com ele, porque falta a parte da Vigia, Vergas, Lomba, Salgueiro, aquela estrada de Salgueiro, e Vagos também. Portanto, há algumas estradas que são críticas, embora elas sejam todas, mas a zona da Lomba, da Vigia e das Vergas, é uma situação que está realmente difícil, e o senhor Presidente tem estado a pressionar o empreiteiro para vir o mais rápido possível a fazer o que falta. Não há falta de pagamento ao empreiteiro, a Autarquia cumpriu a sua parte, e ele disse que ia cumprir a dele, e espera não ter que falar mais deste assunto, nem em nenhuma reunião de Câmara, nem em nenhuma Assembleia. Quanto às questões do senhor deputado Sidónio Sansana, as zonas costeiras, como se sabe, e depois há muita informação, este relatório já estará desatualizado em algumas situações. Houve muitos problemas em dois mil e catorze dois mil e quinze, mas depois fez-se a reposição dos sedimentos, na deriva, a situação das recargas, e a proteção, o reforço do Cordão do DUNAR, e

essa foi a aposta que a APA achou que funciona. No caso de Vagos, e diz isto porque é mesmo um facto, a APA tem os dados, que podem ser consultados, e houve, felizmente, aumento da área do areal. Portanto, eles fazem essas medições, e começou a ter-se cada vez menos problema, e pontualmente teve que fazer recargas, cada vez menos, para manter algumas situações. A zona do Labrego acontece, ali no meio entre o Labrego e a Vagueira, mas felizmente tem havido cada vez menos problemas. Não quer dizer, e isto o Mar é dinâmico, que por momento há outras coisas concluídas, mas o que está, e há dinheiro, a CIRA agora é que tem a competência, e o que a APA apostou, é nas recargas e na reposição dos sedimentos. E isso para isso há verba, há o armazenamento que vai ser reforçado, e isto vai ser tratado em reunião da CIRA. No caso de Vagos, e esperava-se que fosse em todos os municípios, a situação não se agravou, pelo contrário, melhorou. Não está ótimo? Não, mas o senhor Presidente está a falar por dados medidos que lhe foram transmitidos pela APA, que pode ceder ao senhor Deputado caso queria. Contudo, não quer dizer que de um momento para o outro as coisas não mudem, espera que não. A situação do quebra-mar destacado foi pública, não era custo-benefício, não era viável. O senhor Presidente considera que esta solução, relativamente ao dinheiro que é investido, é a melhor, a situação de reposição dos sedimentos, pois não custa muito ao Estado manter as nossas zonas seguras. Por isso é que a CIRA tem verba, há verba alocada para Vagos, e para outros municípios, na Orla Costeira, Aveiro-Marinha Grande, para intervir sempre que necessário. Relativamente ao senhor Deputado Miguel Tarenta, agradeceu as palavras pelo prémio da Gala Vaga D' Ouro, ficou surpreso, mas como é óbvio, só tem que agradecer às pessoas. Infelizmente não estava cá, porque já tinha uma situação marcada há muitos anos e já tinha adiado muitas vezes e não conseguiu adiar mais. Em relação à Estrada Nacional 109, transferência de competências, houve uma reunião na altura com o Ministro da tutela, o Governo ainda estava em plenas funções, agora está em gestão, o Ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz, e ficou a aguardar uma resposta para ver se a imposição que a Câmara Municipal está a pedir para ficar com a via, o valor em questão do pacote financeiro, era aprovada. Sem pacote financeiro a Câmara não aceita a transferência, porque depois onde é que vai buscar recursos para arranjar uma estrada com este comprimento? Tem que ir buscar o dinheiro a outros lados, e é difícil, é uma verba muito grande para Vagos. Está a falar-se de cerca de dois milhões e meio de euros. Com esta situação, terá de se aguardar, vai voltar a pressionar, mas isto ficou um bocado parado, andou-se, anteriormente, também muitos anos à espera e agora também já há um ano que se está na mesma situação. O que se espera é que no dia dezoito as coisas se resolvam, independentemente do Governo ganhar, mas tem que haver pacote financeiro, pois o senhor Presidente não vai correr o risco de assinar um contrato sem que isso esteja previsto. Quanto à Rua Albino Oliveira Pinto já tinha sido referido aqui, pensava que estava resolvido, então é uma falha, vai verificar com o serviço o que se passou e ver se é possível resolver o problema o quanto. Os serviços têm a avaria de uma viatura, do serviço tapa-buraco, é mesmo o nome que lhe dão, é o tapa-buraco. Entretanto, muitas das vezes quando há chuva, muita chuva, o que é que podemos fazer? Muito pouco ou nada, pode assinalar a situação, mas para arranjar não dá. As almofadas, é a mesma situação de Ouça, que já se falou aqui. O senhor Presidente da Câmara falou com o senhor

Presidente da Junta de Freguesia, para ver se é possível resolver a situação o quanto antes. Relativamente às questões do senhor Deputado Juan Martins, início das obras do Centro de Saúde de Ponte Vagos e Soza. Em Ponte Vagos, a situação é que o lançamento será efetuado na plataforma para a semana, e não quer estar a dizer quinta-feira, é quando é possível, mas vai ser colocado para a semana, está tudo pronto, mas pode haver alguma falha, porque as plataformas devido também ao apagão estão com alguns problemas, nem as finanças sequer estão a funcionar, ou não estavam, e a Câmara Municipal também não tem as plataformas todas a funcionar. Quanto à USF de Soza, será lançada na plataforma por um valor preço básico de seiscentos e cinquenta mil euros. Quanto à USF de Ponte Vagos, esta vai ser lançada em maio, durante o mês de maio, no valor de um milhão e meio de euros. O projeto está pronto. Relativamente à estrada Rines - Sanchequias é uma situação com o empreiteiro, realmente, existem alguns pedidos, como é óbvio, que estão identificados, que são remetidos para o empreiteiro. A Câmara Municipal está a aguardar, está a fazer as coisas de acordo com os trâmites legais, e o que pode fazer, de momento, é reclamar das situações que não estão em condições, e está a cumprir esses procedimentos. Se isso não acontecer, terá de ir por outras vias, mas existem estas vias que tem de se percorrer. Depois, relativamente à rotunda do PES o senhor Presidente diz que está para ser feito. Câmara Municipal tem uma escultura, uma obra de arte do artista vagueuse Gaspar, mas antes de ser colocada tem que se tratar a parte envolvente de acordo também com o que ele definiu, para as coisas terem coerência. Não é nada a questão de gastar muito dinheiro, mas esta situação está a ser feita. A rotunda de Santo André, é uma situação que tem que se fazer, a ver se é possível finalmente resolver este problema, ainda por cima fica ali na entrada, que de saída dá 17, que é um ponto ali também de convergência importante. O início das obras da Rua Padre Vicente Maria da Rocha, a abertura de propostas está prevista para o dia nove, portanto, espera-se que não fique deserto, e que não tenha que se lançar novamente o concurso, aumentando o preço base. Quanto ao senhor Arlindo das, a rotunda do Areão, já foi feito algum trabalho, com a ajuda também do senhor Presidente da Junta de Freguesia, não se consegue ir a tudo, mas assim que for possível ela será feita. Já existe o projeto, o desenho, não vai dar aqui uma data, nem comprometer-se, porque há muitas coisas a acontecer, mas logo que possível é para fazer. O senhor Presidente não consegue comprometer-se agora fazer essa rotunda este ano, porque passa também pela aquisição de um dos terrenos, a situação já está apalavrada, o outro terreno, terá que haver uma negociação, onde está aquela casa, aquela pequena onde houve há uns anos um acidente, ainda não é uma situação resolvida. Não quer dizer que seja difícil de resolver, as pessoas estão para resolver, estão aqui, pelo contrário, ou seja, querem também associar-se à resolução do problema, mas é uma situação que carece, além desta negociação, de algum dinheiro envolvido, e tem que estar nas prioridades. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os membros da Assembleia Municipal que pediu aos serviços da Mesa, ao senhor Secretário Tony Richard, para enviar por e-mail, já no curso desta reunião, o relatório da Auditoria, que tem a ver com a discussão do ponto três. Porquê? Porque aquilo que foi mandado de manhã tinha uma gralha da responsabilidade dos senhores auditores, que o corrigiram, na página três, onde faltavam os

valores. Entretanto, já devem ter recebido o e-mail com esse documento já validado, que já está devidamente corrigido. -----

----- **António Bastião**: O senhor Deputado António Bastião voltou a usar da palavra e referiu que relativamente quanto ao Posto Médico do Covão do Lobo, por acaso, no dia vinte e três, também passou por lá e também falou com algumas pessoas e que, manifestamente, acham pouco, muito pouco, o tempo que estará aberto. Curiosamente, se for feita uma pesquisa rápida na internet, encontrarão um projeto “Bata Branca”, que alguns municípios utilizam e adotam esse sistema, que é o quê? É uma parceria, os executivos têm parceria com o SNS, que contratam precisamente mais profissionais no sentido de colmatar falhas existentes. Portanto, é uma coisa que pode ser adotada no caso do Posto Médico do Covão do Lobo, seria algo interessante. Quanto ao mérito, do Posto Médico ter aberto, foi apenas a persistência. As vezes que o senhor Deputado trouxe aqui esse tema, o senhor Presidente da Câmara Municipal e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Covão do Lobo faz com que todos estejam de parabéns pelo facto de se ter conseguido chegar a bom porto. Ainda em relação à persistência pediu ao senhor Presidente para não se esquecer também das placas sinaléticas que ainda não estão no sítio, no Trilho da Lontra. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal**: O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e aproveitou para responder rapidamente à questão do senhor Arlindo das Neves, relativamente ao saneamento da Gafanha da Boa Hora. Quanto ao PAR 1 é uma obra de um milhão e oitocentos mil euros, está assinado o contrato, a empresa é a Lusosicó – Construções S.A., aguarda-se apenas que o empreiteiro diga a data de entrada de obra. Portanto, isto é o ponto de situação, já está o contrato assinado. Relativamente ao PAR 3, o concurso ficou deserto e a AdRA fez uma alteração do projeto, que já está concluída, vai dividir em duas fases e está a preparar-se o lançamento da nova empreitada. Relativamente ao Posto Médico, infelizmente, na Boa Hora, há a situação da licença de maternidade da Médica, esta a fazer-se tudo o que é possível, mas não estão a conseguir-se resultados, e o que se pode fazer é, todos em conjunto, pressionar. Está tudo em condições, aliás, até foi feita uma melhoria, há verba relativamente à instalação do Posto Médico, tinha ficado esse valor também no contrato, o problema aqui é, realmente, a médica. Relativamente aos lotes da Boa Hora, isso é uma situação que já se falou e é que será tratada assim que possível. Relativamente ao que foi questionado agora já na segunda ronda, pelo senhor Deputado António Bastião, o projeto “Bata Branca”, falou-se nisso numa reunião, mas a ULS disse que isso não é possível. Portanto, é uma situação que se pode ir falando, mas essa foi a informação que foi dada, que não é possível fazer isso, porque isto implica, depois, todo um conjunto de coisas à volta, envolventes. Há regras, à situação dos médicos, ligação com o SNS. A Câmara Municipal ouviu falar desse projeto através de outros Municípios e foi informar-se e o que lhe disseram foi isso mesmo, que não é possível. Em relação às placas do Trilho da Lontra se ainda não foram colocadas é uma falha que está a ser difícil de colmatar, mas vai ser tratado o mais rápido possível. -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”**: -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO**

MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros, mas mostrou-se disponível para prestar os esclarecimentos necessários. -----

----- **Miguel Tarenta:** O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e referiu que deve haver alguma falha na *mailing list* de quem enviou os documentos, porque não chegou a receber a informação do Presidente, teve que ser o senhor Deputado Óscar Gaspar a enviar-lhe o documento, esta manhã. Aliás, aquele documento que o senhor Presidente referiu há bocado, também ainda não recebeu. Em relação ao anexo dos serviços operacionais a questão já foi levantada há bocado, relativamente à praia da Vagueira. Quanto à ação social, perguntou se os apoios que lá são mencionados têm sido pagos atempadamente ou não. Entretanto, questionou quais as próximas obras a figurar neste anexo das obras públicas e qual é o tempo esperado para resolver o problema do Palacete Visconde de Valdemouro. A obra está, se não se engana, em 68% de execução. Quanto tempo é que falta para chegar ao 100%. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que os Deputados efetivos e que sabem que se vão fazer substituir, não custa nada partilhar essa documentação, porque muitas das vezes os serviços só enviam a documentação após o pedido de substituição. Com isto não está a querer justificar, e ir-se-á verificar o que é que está a acontecer, porque efetivamente colocou-se aqui o e-mail do senhor Deputado agora mesmo e pode haver aqui alguma falha, mas já se vai verificar essa situação. -----

----- **Hugo Santos:** O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que não é uma questão, é apenas um alerta. De facto, foi celebrada a Rota dos Moinhos no dia dos Moinhos, no fim de semana a seguir. A Freguesia de Ouca, naturalmente, que participou, como tem participado nos últimos anos, tem sido uma parceria, e dá uma robustez ao evento muito melhor. Foi um sucesso, houve, de facto, muitos visitantes. Apenas e só, mais uma vez, trazer aqui uma questão que o traz desde o dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e três, que é a reparação da roda da azenha. Na semana passada decorreu uma reunião com o senhor Presidente da Câmara e ficou um compromisso e gostaria que a próxima Rota dos Moinhos não tivesse mais uma vez a azenha pública do Município de Vagos por reparar. -----

----- **Sidónio Sansana:** O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e começou por uma pequena discrepância de números. Há vários anos que aparece no anexo um, na página três da Informação Financeira, que a participação do Município na Águas de Centro Litoral é de seiscentos e quarenta e nove mil euros, 0,9% de capital social. No entanto, pegando por acaso no relatório de contas 2024 da Águas de Centro Litoral, com os mesmos seiscentos e quarenta e nove mil euros, Vagos tem 0,37% de capital. Esta diferença não é significativa, é a diferença entre dizer-se que o Município naquele órgão, ou naquela empresa pública, tem uma capacidade de intervenção que é pequena ou pequeníssima. Mas o senhor Deputado usa isto para colocar uma outra questão que já lhe foi transmitida várias vezes, ou seja, as pessoas têm um bocado, ou algumas pessoas, a noção

que há alguma sobreposição por se ter a AdRA e a Águas de Centro Litoral, ambas a mexerem em questões de águas e saneamento. A questão é se realmente se justifica a necessidade do Município estar a participar em ambos os órgãos, se é mesmo necessário, se não há problemas de sobreposições onde devia haver sinergias. As más línguas depois dizem que estas sobreposições de empresas públicas, que ainda por cima têm o mesmo acionista principal, só se justificam pelo milagre da multiplicação de lugares nas administrações. Bom, de resto, sobre obras e investimentos municipais, neste momento, realmente, como já se falou, é só um bocado o balanço do mandato, é só obras por concluir. A grande novidade é que abriu o concurso para a requalificação da Rua Padre Vicente Maria da Rocha, de que já se fala, pelo menos há dois anos. Isto, para o senhor Deputado, é uma espécie de alteração de paradigma. Antigamente, nas campanhas eleitorais, inauguravam-se obras concluídas. Agora, à falta de obras, inauguram-se intenções de investimento. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer as questões levantadas. Relativamente ao senhor Deputado Miguel Tarenta, os apoios sociais são, normalmente, de emergência, e a informação que tem é que são pagos imediatamente, mas, se houver alguma situação ou algum problema com algum pagamento, o senhor Presidente agradecia que fizessem chegar. Pode haver, eventualmente, alguma falha. Mas, são prioritários, como é óbvio, senão, não se está a ajudar as pessoas, pelo contrário, está a causar-se ainda mais problemas. Relativamente ao Palacete de Visconde de Valdemouro, já foi dito aqui, na outra Assembleia, que o prazo de execução é o fim do ano. O empreiteiro avançou agora, fez agora um pedido que entrou na Câmara Municipal, que está a ser analisado. O senhor Presidente ainda não viu se tem no fim do ano, se tem janeiro ou fevereiro. Mas o pedido dele terá de ser a Câmara Municipal a aceitar essa data. Mas o prazo que estava, que o empreiteiro referiu, era o fim do ano. Depois, em relação às questões do senhor Deputado Miguel Tarenta, o senhor Presidente não percebeu depois a situação das obras públicas. O que está a ser lançado, de obras, de acordo com o que estava no orçamento, a obra importante que gostaria de lançar, e para o qual, provavelmente, se irá fazer uma Assembleia Extraordinária, é a ligação da Zona Industrial à 17. Portanto, está a ser preparada toda a documentação em condições de trazer aqui à Assembleia Municipal o financiamento, para em junho se lançar o concurso. Esta é uma obra, e pensa que é unânime para todos, que faz muita falta ao Concelho, que já teve muitos problemas. Relativamente ao Senhor Deputado Hugo Santos, realmente é verdade, em conjunto trabalha-se melhor, e, de facto, a Rota dos Moinhos, foi um sucesso, e é um evento que deve continuar, porque é uma boa forma, também, de trazer pessoas de todo lado ao Município de Vagos. Quanto à roda, tem que se falar sobre isso, terá de se conseguir encontrar uma pessoa para a arranjar. Portanto, falar-se-á para a semana sobre esse assunto. O senhor Deputado Sidónio Sansana falou da situação do capital da ADCL, foi só para informar, não havia aqui nenhuma questão sobre isto. Relativamente à situação da função da ADCL, da Água do Centro Litoral, e da AdRA, a AdRA atua em baixa e a ADCL pertence a um grupo. As estações elevatórias, normalmente é a ADCL que faz e depois a parte toda em baixa é que está com AdRA. É o modelo que está, não sabe se otimizariam recursos ou não em ter as duas, não tem dados para isso, mas pelo que sabe, relativamente a outras situações do país, esta situação está a

funcionar bem. Em questão de custos, não consegue informar dizer, mas é uma questão sobre a qual se pode vir a falar. Relativamente à obra do Padre Vicente Maria da Rocha, não quer fazer nenhuma campanha com ela, apenas falou nesta obra porque houve uma dificuldade grande para a lançar. É uma obra que não é só colocar alcatrão, é uma estrada que está numa situação muito difícil e envolve aqui várias situações, nomeadamente a parte do saneamento e a parte da água. Portanto, é uma obra que não depende só da Câmara Municipal. E como foi uma tarefa muito difícil de chegar até aqui, foi por isso que falou na obra do Padre Vicente Maria da Rocha. Não quer fazer nenhum tipo de campanha com esta obra. o que eu quer é fazer a obra, é que a obra, que já devia ter começado. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA 2024;** -----

----- Sobre este assunto, e para efeitos de cumprimento do disposto no nº 2, do artigo 10º, da Lei nº 24/98, de 26 de maio, e alínea u), do nº 1, do artigo 35º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, na reunião extraordinária de 22/04/2025, deliberou remeter à Assembleia Municipal o Relatório de Observância do Direito de Oposição (Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024). -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- **Miguel Tarenta:** O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e referiu que a sua intervenção serve essencialmente para dar conta, em traços largos, daquilo que foi a posição tomada pelo Partido Socialista na resposta feita ao convite por parte da Câmara Municipal. E não fazendo menção a tudo, parece-lhe ser um documento, às vezes, demasiado formalista. Porque no documento de onze páginas, as primeiras seis dizem respeito à repetição dos termos legais que levam à publicação de relatório. O limite de se repetir as mesmas coisas e a própria reflexão que é feita fica prejudicada, daí não se conseguir entender. Entretanto, levantou aqui a questão do Palacete e agora levanta também outra questão, que é o caso do protocolo da Câmara com a Fundação Serralves, onde está por cumprir a deliberação da Assembleia Municipal sobre o envolvimento na elaboração do plano bianual de cooperação e envolvimento das escolas do Concelho. Na própria Assembleia Municipal sendo aprovada aqui também acaba por haver a contribuição por parte da oposição no auxílio, por assim dizer, à função executiva do Município. -----

----- **Sidónio Sansana:** O senhor Deputado usou da palavra e referiu que em relação ao tal pedido de contribuições, pode ter sido falha sua, não vale a pena sugerir isso, porque em quatro e-mails diferentes recebe muita informação, não recebeu esse pedido, ou pelo menos não se lembra de ter recebido esse pedido de contributos, mas foi falha sua provavelmente. No entanto, aproveita para dar aqui dois ou três contributos, mais em questões práticas, para melhorar o relacionamento com a oposição, do que propriamente mudar ou melhorar o aspeto do relatório e das questões formais que

ele encerra. A primeira, começou por sugerir que não se envia informação do Presidente na véspera, domingo à noite. Normalmente recebe-se com dois dias de antecedência, e já isso parece muito curto, quanto mais num domingo à noite. E mesmo com dois dias de antecedência, como é normal, parece um mau princípio que estará instituído já desde há muito tempo, e não vê porque é que esta informação não há de vir com a mesma antecedência com a que vem a restante documentação. Em segundo lugar, assistiu-se aqui, ao longo deste ano, por exemplo, que se lembre a informação sobre o planeamento que estava em branco, que deverá ser de evitar, parecia que boa parte do pessoal da Câmara tinha ido de férias naquela altura. Em terceiro, sobre a questão do Palacete, seria desejável, pelo menos, que as conclusões e responsabilidades sobre a derrocada pudessem ser equacionadas neste mandato, porque no próximo, transitando com isto para o próximo mandato, pois são outras pessoas que já não apanharam o início da história, e, portanto, é meio caminho andado para um possível branqueamento da questão. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia clarificou, para não haver aqui nenhuma dúvida que, por hábito, a informação escrita do senhor Presidente da Câmara é enviada assim que é recebida, a não ser por alguma situação, como agora aconteceu, de ter sido enviada na sexta-feira à noite, e isto em termos de serviços cria aqui alguma dificuldade, só por isso. Mas que fique claro, aquilo que a lei diz é os dois dias, e isso tem sido sempre cumprido, para não haver aqui nenhuma dúvida. Até porque a prática é de mandar a convocatória e mandar logo o edital, mas não tem necessariamente que ser assim. Há situações em que se manda a convocatória, e o edital é construído depois disso, com cinco dias de antecedência, e só depois, dois dias antes, é que tem a obrigatoriedade de ser distribuída toda a documentação. Como todos sabem, é feito com muito mais antecedência. Podia ter ido no sábado? Podia. Não há nenhuma satisfação pessoal, nem por parte do senhor Presidente da Mesa nem dos serviços de apoio à Assembleia Municipal, mandar um dia ou mandar noutro. Por acaso aqui coincidiu com o facto de ser fim de semana e criou-se aqui mais algumas dificuldades. Agora, sempre que se pode mandar com quatro ou mais dias, e já aconteceu várias vezes, é facto, de antecedência enviar-se-á. Não se está aqui agarrado aos dois dias, mas agradeceu a nota. A lei, o que diz, é mesmo dois dias. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer as questões levantadas. Em relação ao senhor Deputado Miguel Tarenta, a informação que tem é que aqueles termos legais fazem parte e têm de constar no relatório. Relativamente ao Protocolo de Serralves tem havido envolvimento com as escolas, ainda agora os alunos do secundário foram a Serralves. A Câmara Municipal esteve lá com o com o programa de Oblidos, tem a ver com o ambiente, esteve lá o Museu do Brincar, tem havido aqui uma dinâmica que é para continuar e para melhorar. Os Sócios do Concelho também têm ido fazer visitas a Serralves. Entretanto, com a obra do Palacete a decorrer terá que se começar a preparar toda a programação, porque não se pode aguardar que ele esteja já concluído para começarmos a preparar as coisas, e esse é um trabalho que se está agora a começar a fazer. Relativamente ao senhor Deputado Sidónio Sansana, o senhor Presidente da Assembleia já respondeu, mas sobre a conclusão da revocada, o

relatório está disponível para quem quiser consultar e ver as conclusões. O importante é realmente concluir a obra e não deixar problemas para o futuro. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO TRÊS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2024;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 22/04/2025, que, em cumprimento do disposto na alínea l), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberou remeter à Assembleia Municipal, para apreciação e votação, os documentos de Prestação de Contas, respeitantes ao ano de 2024. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- **Alexandre Marques:** O senhor Deputado usou da palavra e referiu que, antes de mais, quer só salientar que há em alguns assuntos há que deixar a política de parte, e, por isso, vai aqui dizer algumas notas que tirou, algumas até se repetem com aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse sobre este relatório, que são as preocupações que dele tirou. O senhor Deputado dividiu a sua intervenção em três pontos. Em relação ao primeiro ponto, incongruências são aspetos que levantam dúvidas. Primeiro, o resultado líquido negativo, apesar de um saldo praticamente equilibrado, tem aqui uma diferença de quase três milhões de euros, isto pode indicar problemas estruturais de financiamento, especialmente considerando que parte da despesa foi com encargo de anos anteriores. O aumento do passivo corrente, que o senhor Presidente da Câmara também falou, deu aí uma nota de que de vinte e três para vinte e quatro os fornecimentos de serviços externos, os FSEs, teriam subido cerca de 7,9% e para este ano subido apenas 0,5%. O problema é que em relação a vinte e três já passa aos 8% de subida e, portanto, isto é uma coisa que tem que ser um bocado, na sua opinião, melhor controlada e, portanto, reduzida, contida, uma medida drástica que permita resolver o equilíbrio financeiro de uma Câmara Municipal no curto prazo, não é tentar aumentar a receita, mas sim cortar na despesa. Em relação ainda a este ponto, deixou uma questão ao senhor Presidente, isto é, qual é que é o prazo de pagamento a fornecedores neste momento. Em relação às receitas fiscais dava conta de uma redução entre 6 a 7% nas receitas fiscais, é preocupante, faz parte da conjuntura, mas aqui a sua questão é o que é que se pode fazer para evitar isto no futuro, em termos de angariação de novas empresas, em termos de mexida nas taxas, porque tem que se fazer uma revisão disto, na minha opinião. E, por último, verifica que mais de 50% dos rendimentos advém de transferências e subsídios correntes, ou seja, da Administração Central, há aqui uma forte dependência do Estado, e isto é uma coisa natural, mas existem outras maneiras de se conseguir aumentar a independência financeira, ou seja, existem outras matérias em que a Câmara Municipal pode investir para conseguir aumentar, nomeadamente, as receitas de capital, e se sim, e se já se investiu nelas, quais é que elas são? Em termos de gastos com pessoal e admissões, falou-se aqui nas atualizações de salários, na contratação de novos funcionários, e o

senhor Deputado verificou que foram admitidos cerca de sessenta novos trabalhadores, e aqui deixou uma questão, ou seja, como é que foram estes trabalhadores distribuídos dentro do próprio Agrupamento de Escolas de Vagos. Ainda em relação aos gastos com pessoal, as contas que fez podem estar um bocado mal feitas, porque achou o valor um bocado elevado, mas contabilizou cerca de oito mil quinhentas e oitenta e cinco horas de trabalho suplementar. Com esta quantidade enorme de horas de trabalho suplementar, em horas extras, a questão, ou série de questões, que têm a ver com isto, é como é que são feitas as compensações deste trabalho suplementar? Em descansos ou em remuneração? Quem controla este excesso de carga horária? Quem é que gera os trabalhos para que haja, assim, tanta hora extra realizada pelos trabalhadores da Câmara Municipal? Outro ponto, as dívidas a fornecedores de investimentos crescem cerca de quinhentos e cinquenta mil euros, isto combinado com uma ausência de novos empréstimos, e ainda bem, sugere aqui um possível adiamento de pagamentos, daí a questão, há pouco, dos prazos de pagamento a fornecedores. Neste sentido perguntou se o senhor Presidente prevê que haja aqui alguma violação da lei dos compromissos, ou se pode garantir que essa lei não está a ser violada. Entretanto, reparou também que há um aumento na participação da Mais Vagos, detendo agora 49% certinhos do seu capital social. O senhor Presidente da Câmara prevê que no futuro se possa, ainda, aumentar mais esta posição? Questionou. Outra questão, quinhentos e quarenta mil euros em penhoras decorrentes do processo VAGA-SGPS limitada, qual é o ponto de situação. Em jeito de conclusão, aqui existem fortes preocupações com o equilíbrio financeiro deste relatório e com a informação que produz. A certificação legal das contas alerta para isto mesmo, especialmente em matéria de gastos, de depreciação e amortização e valorização da imobilidade da Câmara, está logo no parágrafo da opinião com reservas. E, nomeadamente, quanto ao controlo da despesa com pessoal, pagamentos a fornecedores e gestão de receitas fiscais, rubricas que também têm aqui algumas evoluções tendencialmente negativas para o Município. Existem, também, e é de salientar, as implicações jurídicas dos resultados negativos persistentes, o resultado negativo de aproximadamente três milhões de euros em dois mil e vinte e quatro, conforme identificado no relatório de contas, que pode ter várias implicações no futuro, nomeadamente a sustentabilidade e decisões que os futuros executivos da Câmara Municipal poderão vir ou não a tomar. -----

----- **Miguel Tarenta:** O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e começou por dizer que o deixa agradado que tenham diminuído os acidentes de trabalho, os números de dia de baixa, mas deve ser das poucas coisas que lhe agradou aqui. Entretanto, referiu que tem uma dúvida, já no final do relatório está lá escrito rendas de habitações, na parte das dívidas da Câmara, e perguntou a que é que isto se refere em específico. Depois, quanto à parte dos recursos humanos, e não querendo dedicar-se aqui às opções pessoais de cada um, deu conta que entre técnicos e mestres, há setenta e nove pessoas e apenas quarenta e nove técnicos superiores. Neste sentido, quis saber se a Câmara Municipal, havendo vagas no mapa pessoal, tem aproveitado ou não estas pessoas que à partida poderiam estar na carreira de técnico superior e estarão a ocupar a carreira de assistente operacional ou assistente técnico. Saber se há ou não a intenção de utilizar, por assim dizer, a prata da casa. Depois, nas despesas autorizadas e não pagas, assusta-o um bocado ver aqui dívidas já

avultadas e gostava de saber o ponto de situação em que elas estão e o que é que se deve a estes montantes elevados. E fala, por exemplo, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos em que estão aqui em causa mais de cento e noventa mil euros, ao quais acresce ainda algumas dívidas em regalias sociais, dívidas ao NEVA, à Betel, à Extragenária e outras associações. Aliás, estão aqui três associações culturais com as quais há despesas autorizadas e não pagas e quis saber se isto está a colocar ou não em causa o normal funcionamento dessas instituições e o futuro das mesmas. -----

----- **Juan Carlos Martins:** O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por fazer uma ressalva que na tal reunião de preparação de tirar dúvidas tiveram presente só dois partidos, que foi o PSD e o CHEGA. Portanto, os outros não foram. Devem ter tido uma razão para não ir, provavelmente, para questionar aqui da forma que está a ser questionado. Quanto ao relatório de contas deixou duas questões e um reparo na questão do relatório do revisor de contas. Na questão da observação, está a falar-se das contas de uma Câmara Municipal, não é de uma empresa. Apesar de dever ser gerida como a nossa casa, entende que se esta a olhar para as contas da Câmara Municipal e se forem olhar para o relatório, por exemplo, na parte social, a aposta na educação está muito bem feita, os gastos que estão, na sua opinião, estão a ser muito bem feitos. Entretanto, há aqui uma questão que quis levantar, e que já levantou várias vezes, que é a assunção dos compromissos, por exemplo, com a educação. Qual foi o aumento dos custos e a comparação com as receitas que teve a Câmara Municipal com a educação em si? Falou-se do aumento das despesas, do controle dos fornecimentos de serviços externos, e tem razão, mas há que ver que há a assunção dos compromissos que não existia e que passou a existir, por exemplo, na educação, na saúde, e isso faz com que haja um aumento da despesa. O senhor Deputado concorda, quando diz que deve ser controlado, também é dessa opinião. Portanto, há que olhar um bocadinho rúbrica a rúbrica aquilo que está a ser feito e aquilo que está nas contas. Quanto ao relatório que o colega do CDS falou, o senhor Presidente antecipou a sua intervenção, porque ele quer olhar para um relatório de uma certificação legal de contas e acreditar naquilo que está lá escrito e não quer duvidar se é o Município que está em falha, se é o relatório que está em falha. Isto porquê? Porque vê-se olhamos aqui em três situações do relatório, e teve o trabalho de ir ver o relatório do ano de dois mil e vinte e três, e reparou que é praticamente *copy-paste* de dois mil e vinte e três. E aí faltavam os números que o senhor Presidente disse que já mandou, portanto, os parágrafos foram exatamente os mesmos, só mudaram o ano de dois mil e vinte e três para dois mil e vinte e quatro. As observações do ponto um e do ponto dois são exatamente iguais, esqueceram-se de pôr os números. Portanto, já retificaram os números e mandaram hoje e mandaram o relatório. Neste sentido deixou uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara, ou seja, quando fala aqui no relatório sobre os outros requisitos legais e regulamentos, no ponto dois, onde diz que não foi possível, e leu: *“não nos foi possível validar a plenitude, a plenitude quer dizer a totalidade, ninguém tem dúvidas disso, da informação que consta dos quadros situação dos contratos e adjudicações do tipo de procedimento do anexo às demonstrações orçamentais.”* Fica a pergunta, isto é, porque é que não foi possível validar a plenitude? Há alguns validados. Não tiveram tempo, não fizeram o trabalho, ou foi porque

não foi fornecido estes dados? Fornecidos foram que eles estão no relatório. Portanto, os revisores não tiveram tempo de analisar, mas puseram isto aqui, que estava em dois mil e vinte e três. Depois, aqui na parte da frente do relatório, quando dizem que não conseguem, na opinião com reserva, uma reserva não tem nada de extraordinário, uma reserva, não conseguiram fazer, deixaram aqui esta reserva. E eles dizem que o programa informático, reparem, está lá escrito, não foi o senhor Deputado que escreveu, foram eles, não retira um relatório que dê para ver. Há ferramentas, como a maior parte das pessoas sabem, para verificar estes dados, não é preciso o programa informático fazer. Se se dessem ao trabalho, de fazer o seu trabalho, conseguiam saber se estava ou não estava. Ao senhor Deputado cria-lhe algumas dúvidas este relatório por estas razões. Fala aqui na questão da contabilidade analítica, no final mesmo, que não foi ainda implementado o sistema de contabilidade analítica, isto em dois mil e vinte e quatro. Em dois mil e vinte e três dizia que o sistema de contabilidade de gestão está em fase de implementação. Também podiam pôr aqui a dizer que não está. Em fase de implementação é porque não está. Mas o de dois mil e vinte e três diz isto e o outro diz que não foi implementado. Nem sequer fazem o relatório, não se sabe qual é o português que utilizam. O senhor Deputado pretende que o senhor Presidente esclareça, porque não quer estas dúvidas, porque isto está aqui no relatório, e quer que o Executivo tenha atenção, porque quem está a ler este documento, quem vê este relatório, tem de ter alguma certeza daquilo que está a fazer. O senhor Deputado não quer este relatório, mas é a sua opinião, se o quiserem tudo bem. -----

----- **Hugo Santos:** O senhor Deputado Hugo Santo usou da palavra e referiu que folga em saber que, apesar de não ter ido à reunião, mesmo quem foi também tem dúvidas. Portanto, é importante clarificar e, de facto, acho que este é o local ideal para se tirar essas dúvidas, até para se ter a noção daquilo que cada um pensa. Uma das questões que coloca é, precisamente, porque é que não foi possível validar a plenitude das informações, o que é que eventualmente escapou, não houve uma análise detalhada por parte do relatório. O senhor Presidente falou de facto que houve um aumento de 19% na aquisição dos bens e serviços e, essencialmente, clarificou que foi em relação a despesas com o resíduo sólido urbano. Neste sentido questionou se já há uma estratégia para poder diminuir, porque, de facto, o aumento foi de 1,4 milhões, é bastante substancial. Entretanto, referiu-se àquilo que é a execução orçamental do plano plurianual de investimento. A Freguesia de Ouca tem algumas ações que estão já há largos anos, nomeadamente: a requalificação da Escola Básica de Ouca, que está desde dois mil e oito, inserida no plano plurianual de investimento, e mais uma vez teve uma execução orçamental de zero; a requalificação urbana de Largo da Capela da Carregosa, que está inserida desde dois mil e dezoito e que mais uma vez teve execução orçamental de zero. E já para não falar, de facto, já aqui elencado, a beneficiação dos arruamentos para dois mil e vinte e quatro, que também tiveram uma execução orçamental de zero. Todos sabem que os documentos são previsionais, mas o que se quer é que eles sejam totalmente executados, mas há alguns que, de facto, já cá estão há muito tempo, desde 2018, já levam alguns anos e se, de facto, a execução orçamental também demonstra aquilo que é um compromisso por parte do Executivo considera que já são demasiados anos com a execução orçamental de zero. -----

----- **Sidónio Sansana:** O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que olhar

para os números na contabilidade, às vezes é uma questão de olhar para o copo meio cheio ou meio vazio. Quando olha para mais um resultado líquido negativo de três milhões de euros, olha para a consequente diminuição do valor patrimonial do Município no mesmo valor e a este ritmo faltam menos de vinte anos para vir, ou quem cá estiver na altura, discutir as contas com valores patrimoniais negativos. E aquilo que se foi apercebendo ao longo destes anos é que, apesar do senhor Deputado Alexandre Marques ter referido que pode haver travões a esta acumulação de resultados negativos, só se for da parte dos financiadores, da banca, porque na lei não há, há aqui uma aberração contabilística que permite estes resultados líquidos negativos e parece-lhe que por aqui não há grande travão lega. Quanto às causas estruturais disto o senhor Deputado Alexandre Marques também apontou para uma, é legítima, se calhar ele tem a sua razão, mas sempre apontou para outra. Estes resultados líquidos negativos sucessivos, e Vagos deve ser neste momento o recordista nacional do número de anos consecutivos com resultado líquido negativo, são tantos que eu já nem se sabe quantos são, devem ser para aí no mínimo uns quinze. Isto para o senhor Deputado é sintoma também de uma outra questão, que é a qualidade, ou a falta dela, do investimento que se faz parece que quando se gasta para cima de meio milhão de euros no Museu do Brincar e depois se tem trinta e cinco/ quarenta mil euros não de lucro, mas de receitas, que isto se traduz no balanço. Ou se calhar muitos dos eventos que o Município organiza está por comprovar que eles tenham realmente algum retorno ou um retorno significativo para Vagos e para a comunidade. A lei não tem um travão a isto, aos resultados líquidos. Onde depois há um travão legal é porque isto acaba por ter uma influência no valor da dívida. Já aqui se abordou que efetivamente a dívida não sai, não saiu ao longo destes três/quatro anos de doze milhões, treze milhões de euros. Isto sim, há travões legais para o valor da dívida e começa a ser preocupante porque já se discutiu aqui a possibilidade de aumentar a dívida em mais cerca de quatro ou cinco milhões de euros para concretizar a ligação da A17 à zona industrial de Vagos. Aqui sim há um travão. Mesmo sendo fraco, o resultado líquido até parece simpático quando se olha para os números e se verifica que as depreciações baixaram, já foi dada a explicação da alteração das normas contabilísticas seguidas, mas baixaram em dois mil e vinte e quatro bastante e que a rubrica de previsões até foi levada a zero, portanto se calhar o resultado líquido, feitas as contas de outra forma, até seria pior do que isto. Quanto à fiabilidade das contas, é um facto, a própria certificação legal manifesta reservas quanto aos valores relativos fixos tangíveis e da própria rubrica de gastos e reversão de amortizações e depreciações, são muitos milhões que estão aqui envolvidos. O senhor Deputado não vai entrar nessa guerra, portanto já se discutiu isso ontem. Não sabe se o auditor tem razão, se não tem, há aqui uma discrepância, na visão do auditor, em relação aos números e isto faz com que quem está de fora e quem não pode descobrir em duas ou três horas quem é que tem razão olhe para estes números com alguma desconfiança. Isto é um facto. Para terminar, para comprovar uma alegação anterior que já aqui fez, de que os orçamentos que se apresentam nesta Assembleia são um bocado um exercício de ficção, onde é que vai buscar essa ideia, onde é que vai buscar essa afirmação em medida de altura? É que constata-se agora, por exemplo, que os valores totais de despesa e da receita de dois mil e vinte e quatro são cerca de 75% dos valores orçamentados. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer as questões levantadas. Relativamente às questões do Deputado Alexandre Marques, realmente o resultado do líquido, sendo real, isto no Plano Municipal, tem algumas áreas que podem ser geridas como uma empresa, mas noutras não se pode equiparar, há uma área social e uma área de educação. Só na educação são 19% do orçamento municipal e, por isso, o que tem que existir aqui é um equilíbrio. É um equilíbrio entre estas opções. Há algumas coisas que realmente são e que se pode e deve tratá-las como empresas, outras não é possível. Relativamente ao prazo de pagamento médio de pagamento médio a fornecedores, calculado à data de três de abril, é de setenta e dois dias. A questão o que é que se pode fazer para evitar a diminuição da derrama, já tinha falado aqui sobre o assunto, felizmente nós continuamos a ter investimento no Conselho de Empresas, Vastar e o Parque empresarial, está em construção, há sempre felizmente uma empresa nova a instalar-se, há uma que está agora a terminar a sua instalação na parcela B e já há projetos na Câmara Municipal de outras empresas que irão começar a sua construção. Esta parte empresarial é sempre uma dinâmica, alguns projetos vão para a frente, outros depois estão previstos e não vão, são coisas que não se controla, o que é que a Câmara Municipal pode fazer? Claro que tem que acompanhar, tem que fazer todo o trabalho para a captação de investimento, criar as condições, é o trabalho que a Câmara Municipal tem feito, se isso não fosse feito, ao longo dos anos, e está a falar só agora do seu mandato, o Município não teria as condições que tem para a situação de poder ajudar muito na área social e na área de educação. Quanto à dependência das transferências do Estado, a verdade, isso existe e eu pensa que também é transversal à maioria dos municípios, mas em relação a Vagos há uma coisa que pode dizer aqui, por exemplo, pode aumentar-se a Derrama, ou seja, captar investimento para haver mais Derrama, é uma das coisas que se pode tentar fazer. O IMI o Município tem o mínimo há muitos anos, eu tem uma opinião sobre isto, não tem problema nenhum em dizer, considera que devia haver aqui algum incremento no IMI e utilizá-lo, porque se sabe bem onde é que se pode utilizar, melhoria dos parques empresariais e captação de investimento. Não haveria muito problema em que se aumentasse. Relativamente aos trabalhadores, aos sessenta e nove trabalhadores, houve a contratualização de cinquenta e cinco trabalhadores para a educação, daí vem este valor, e esta gestão é feita pelo Diretor do Agrupamento, portanto, essa competência da gestão ainda está no Diretor, não está na Câmara Municipal, mas é óbvio, esta gestão é feita de forma ligada e há sempre uma colaboração. As horas de trabalho suplementar houve aumento, tem a ver com todas as horas em que é preciso, os eventos são uma delas. Por exemplo, relativamente aos serviços operacionais, tem a ver com a rede viária, houve situações que iam para lá da hora e o senhor Presidente deu instruções aos serviços operacionais para, se eles pudessem, porque os trabalhadores também têm que aceitar, trabalharem mais horas para conseguirem corrigir aquelas situações da rede viária. Portanto, acontece sempre que se entende que é preciso, é viável, produtivo e que é útil, é uma das situações, mas a maioria acontece sábados e domingos, nos eventos, toda a parte dinâmica e toda a parte cultural da Câmara Municipal. Há a situação do pagamento extraordinário, é os serviços públicos humanos da Câmara com a lei que gerem essa situação e há também a conversão em trabalho em descanso, isso é feito conforme o

pedido do trabalhador, há limites, há regras e essas regras têm que ser cumpridas, mas quem controla isso é o nosso recurso humano. Relativamente à violação da lei dos compromissos legais, a lei dos compromissos não está a ser violada, tenho essa garantia, os serviços eu confio e eu confio neles. Quanto à Mais Vagos, não houve nenhuma alteração, a percentagem é 49% há muito tempo. Houve um aumento de capital, sim, mas em questão de percentagem não houve alteração. Relativamente ao senhor Deputado Miguel Tarenta, as rendas de habitação recebidas, são algumas rendas que o Município recebe, normalmente têm a ver com a habitação social, e há outras que não recebe e, por isso, terá que decidir depois tomar as medidas, mas, como se compreende, torna-se também difícil executar porque as pessoas têm problemas e a Câmara Municipal tem que ajudar socialmente, faz o que está na lei, mas é uma dificuldade. Relativamente à questão dos técnicos, o que é que a Autarquia tem feito? Tem havido concursos para assistentes técnicos e a verdade é que o que é que acontece muitas vezes, e é uma das coisas que não concorda muito, uma pessoa com formação superior pode concorrer ao lugar de assistente técnico. O que é que acontece? Essa pessoa normalmente fica à frente nos concursos do assistente técnico. O que é que volta a acontecer? A pessoa entra na Câmara Municipal e qual é o objetivo dela? É passar a técnico superior, a pessoa tem essa ambição. O que acontece é que se tem muito bons assistentes técnicos e o Executivo, com a informação das chefias, passa-os e qualifica-os, porque é útil para a Câmara Municipal, a técnicos superiores. Tudo isto tem requisitos legais que se tem que cumprir. Relativamente a dívidas, despesas não pagas e subsídios, o que existe, e já tem sido falado, um trabalho, que tem vindo a ser feito, de regularização, inclusive com as Juntas de Freguesia, com as Associações e com as IPSS, um trabalho de diminuir cada vez mais essa dívida. A verdade é que havia alguns valores em atraso, mas tem-se vindo a diminuir esse atraso. Em relação ao NEVA e aos Bombeiros também se tem vindo a corrigir. Não está tudo perfeito e saudável? Não. Mas está a caminhar nesse sentido, está-se a reduzir estes tempos e mesmo em muitas situações em que há alguma dificuldade por parte de alguma instituição, também há a sensibilidade a isso e a fazer. Relativamente ao senhor Deputado João Martins, falou da situação do défice da transferência de competências, houve cerca de quatrocentos mil euros, ou seja, o valor das transferências não era suficiente para cobrir as despesas. Isso é um valor que se está agora a trabalhar, também para apurar. A informação é que este valor já será menor e ele vai sendo atualizado e a Câmara Municipal também tem o direito e vai reclamando e pode fazer sobre este défice de valor. Relativamente à situação, e era isso, só na educação, é uma aposta, uma aposta que ganha, que deve ser feita, mas a verdade é que são 19% do orçamento, mas bem, plenamente confortáveis e continuar-se-á a fazê-lo. Relativamente à situação das reservas dos auditores, ainda por cima deste ponto dois, houve esta discussão. O que é que está em causa? Aquela situação do quadro da página cento e sessenta e dois tem a ver as adjudicações por tipo de procedimento. Há aqui vários tipos de procedimentos e deu aqui um exemplo: A Câmara Municipal dá a informação toda, os auditores é que depois não conseguem validar tantas situações, mas a Autarquia não tem culpa disso, mas também não dizem que está mal, portanto, não há nada no relatório a dizer que está mal. Outra situação, há outras reservas que existem, mas também têm a ver com a informação, que é toda fornecida. Por exemplo,

na situação do património, há cerca de vinte mil itens de património. Os senhores auditores têm os dados que são fornecidos, que são do programa. Não é a Câmara Municipal que faz o programa. Os auditores, se querem, podem validar que são 20 mil. A informação é toda fornecida. Relativamente ao senhor Deputado Hugo Santos, o aumento das despesas com o resíduo, a Autarquia começou a fazer a convergência tarifária da área da recolha e do transporte do resíduo sólido urbano, que também estava a causar um défice. Claro que se reflete depois na fatura. Mas, a última que se fez, refletiu-se a ser um euro pouco, está a falar-se de um consumidor normal, de uma família normal de quatro pessoas, que para uma família é dinheiro, no entanto para uma Câmara Municipal são todos os munícipes. É um valor que começa a ser incomportável, e tem que se fazer mesmo essa convergência. Não é uma questão da opção da Câmara Municipal, tem de se fazer esta convergência tarifária, tudo de uma vez. Em relação à Escola de Ouca, é uma situação que é necessária, mas não se conseguiu, infelizmente, encaixar neste orçamento, mas está lá o projeto a solução e com certeza quem vier no próximo não deixará, é uma obra que não deixará de fazer. Ou que não conseguimos encaixar as obras todas no orçamento, mas conseguimos. Relativamente ao senhor Deputado Sidónio Sansana, sobre o resultado líquido, o senhor Presidente entende, mas realmente é isso. A Câmara Municipal não é uma empresa, há coisas que não se consegue e não se pode fazer, existem problemas, na área da educação, área social e área da saúde. O fim da vida útil vai ter impacto nas amortizações também poderá, em 15 tempos, o valor dos 20 anos pode ser prolongado e não irá existir. Mas o resultado líquido no caso das Câmaras Municipais não é o ponto fundamental, embora seja um elemento de gestão que deve ser controlado, ser observado, ser analisado, e sempre que possível corrigido. -----

----- **Alexandre Marques:** O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e começou por referiu que gostava de dizer ao senhor Deputado Juan Martins, e que não leve isto a peito, e que tenha em atenção o início da intervenção que fez na primeira ronda, que tinha vergonha de dizer aquilo que ele aqui acabou de dizer sobre a reunião de ontem. Tinha vergonha depois do que aconteceu, tinha vergonha por causa de marcarem uma reunião de esclarecimento de dúvidas vinte e quatro horas antes da reunião acontecer, e tinha vergonha de admitir que as questões que se colocam numa reunião hipoteticamente, se tivesse estado presente, não as pudesse colocar aqui novamente. Isto é que é a Assembleia Municipal, é isto que os vaguenses estão a ver, assim como outros interessados. É aqui que se tem que mostrar ao povo quem é que se preocupa com o quê e que questões é que se colocam. O senhor Deputado Alexandre sabe que os senhores não gostam de ser muitas vezes contra-argumentados, mas têm que aceitar que há questões que se têm de colocar. No que respeita aos comentários que fez em relação ao relatório dos auditores, entende-se o porquê de se escusar responder a isso, aquilo que depreende é que o relatório, a certificação, está emitida, é isto que aqui está escrito. E para qualquer terceiro com interesse em ter operações, ou relacionamentos, com a Câmara Municipal, tem que olhar primeiro para aquilo que aqui está. Uma das preocupações que já vem a manifestar há muito tempo, e que este relatório confirma, por exemplo, em termos de contabilidade de gestão, não há nada. Pode não ser verdade, até se pode ter alguma coisa. Mas porque é que o auditor aqui colocou isto? O senhor Deputado Juan Carlos

quando fala da qualidade deste relatório, e quando diz que não quer aceitar, que não sabe os outros, mas que não aceita este relatório, está a abrir caminho para que todos votem contra este documento, e quer ver como é que vai votar, porque abriu caminho para votar contra esta certificação, contra este relatório de contas. Entretanto, recomendou, depois daquilo que disse em relação à plenitude, que leia a ISA 315 em conjugação com a ISA 200 dos relatórios de auditoria, para saber como é que isto funciona. É isso que recomenda. Com a profissão que tem, deveria ter mais cuidado com aquilo que diz e teceu tantos comentários que o senhor Deputado Alexandre Marques acabou por não perceber qual é que era a questão, efetivamente, que colocou, mas pensa que o senhor Presidente da Câmara percebeu e respondeu. Para terminar, informou o senhor Presidente da Câmara, que a questão é só uma, que ficou da primeira ronda, em relação às penhoras do processo VAGA SGPS S.A. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal**: o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que quanto à hora da reunião de preparação esta não foi convocada com o prazo de vinte e quatro horas, e tem ao seu lado o senhor Porta-Voz que pode confirmar isso. A reunião foi convocada no dia vinte e três de abril, às dezasseis horas e sete minutos. A competência da convocatória da reunião é do senhor Presidente da Mesa em articulação com o Sr. Presidente da Câmara e com os serviços disponíveis para clarificar temas que são essenciais de cariz técnico. Nunca ninguém quis com aquela reunião retirar qualquer tipo de debate político. Isto que fique claro. É uma ajuda. Há muitos municípios onde não é feito, mas o senhor Presidente entende como a mais valia, porque já esteve desse lado, e estando desse lado, considera que é importante ter os serviços técnicos da Câmara, num documento tão complexo, numa área tão específica, que haja alguns pareceres técnicos, algumas questões mais técnicas, que queiram ouvir uma explicação mais técnica. Se depois cada um de vós quer entender ou não quer entender, isso é outra questão, têm todo o direito de o fazer. Se querem ir à reunião ou não querem ir à reunião, também têm todo o direito de o fazer. É uma ajuda, é um contributo para que a discussão seja mais salutar. Foi convocado para estar presente o Dr. Nuno, Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal, que esteve, e tem estado todos os anos, a quem agradeceu. Ao princípio considerou agendar a reunião para quinta feira, mas o seu juízo de valor é, se receberam um documento com esta envergadura dois ou três dias antes, tem de dar tempo para que os membros da Assembleia Municipal leiam para depois, bem intencionado, pedir alguma explicação depois dessa leitura. Podia perfeitamente, se fosse só numa de arrumar a questão, para dizer que está feito, mandar o documento ao início da tarde e marcar a reunião para o final da tarde, o que não pareceu lógico. O que esteve aqui na ordem e que presidiu a marcação foi esta, em articulação com o senhor Presidente da Câmara e com a disponibilidade do técnico e tinha que ser de segunda-feira, como é óbvio. -----

----- **Miguel Tarenta**: O senhor Deputado Miguel Tarenta voltou a usar da palavra e relativamente à presença ou a não presença dos grupos municipais, dos partidos políticos, na reunião de preparação, isso acaba sempre por ser uma posição de cada um e a necessidade ou não de esclarecimentos técnicos. A questão aqui é a não presença na reunião vir a implicar uma redução na atuação na Assembleia Municipal porque estamos a fazer a fiscalização de um documento

político. É o que está aqui em causa. É um documento político e é aqui que deve ser indicado com toda a transparência onde toda a gente que quiser vir pode assistir ao confronto com aquele documento. Agora, relativamente à questão das habitações que colocou ao senhor Presidente, era mesmo tentar perceber de onde é que vinha essa dívida e depois saber o trabalho que era feito para saber se eventualmente seriam pessoas ou que efetivamente têm necessidade dessas habitações e se pagam por não querer pagar, se têm algum problema próprio de inserção no mercado de trabalho que as faz não querer pagar. A intenção era tentar saber como é que a Câmara gere este confronto entre sustentabilidade financeira e servir os cidadãos, porque obviamente não pode deixar de receber renda, terá que ter cuidado com isso, mas por outro lado há pessoas que poderão também precisar de casa e que serão melhor cuidadoras, pelo menos nesse quesito. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia referiu, em relação ao que disse o senhor Deputado Miguel Tarenta disse, que é obvio e nunca foi intenção, a reunião é para ajudar os seus deputados a obter algum esclarecimento, para entender melhor e estar melhor preparados para esta votação e estarem esclarecidos nos aspetos que são técnicos. Nunca ninguém quis condicionar ou, seria até uma falta de respeito, se fosse por essa via, tentar controlar o debate político, que deve ser feito aqui. E isso nunca foi intenção, nem nunca irá acontecer. É um contributo e uma ajuda. O senhor Presidente considera que ficam todos muito melhor preparados com essa reunião e com esses esclarecimentos até para fazer um melhor debate político, em função dos interesses e das vossas convicções de cada um, como é obvio. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer as questões levantadas. Relativamente à contabilidade de gestão, como é referido no relatório, ela está em elaboração, embora, isto foi até um assunto abordado, como o Chefe de Divisão, existe um controle apertado e existe controle. Não está ainda totalmente finalizado, mas o que se terá de fazer é reunir e ver se, de uma vez por todas, se conclui esta área, que é uma área importante da gestão. Relativamente às penhoras, é uma questão antiga, muito antiga, e a informação que existe é uma situação em que se precisa de disponibilidade orçamental para a regularizar. Em relação à questão levantada pelo senhor Deputado Miguel Tarenta o senhor Presidente irá pedir uma informação aos serviços sociais e depois fará chegar essa informação, porque não tem esses dados de momento, sobre o ponto de situação deste assunto. -----

----- **Juan Carlos Martins:** O senhor Deputado Juan Carlos Martins voltou a usar da palavra e só para terminar, e não vai entrar nessa discussão aqui do senhor Alexandre Marques, só dizer dois ou três apontamentos. Primeiro, quando diz que devia ter vergonha, devia estar a falar com o senhor Presidente, porque o senhor Juan Carlos não marca reuniões, apenas fez uma constatação, ficou ofendido, tem todo o direito de ficar ofendido, de ter dito que não esteve na reunião, tem todo o direito, é uma constatação, é um facto, não esteve, ninguém tenha dúvidas. Depois, vir com questões técnicas, esse tipo de linguagem, hoje é dia vinte e nove, houve o 25 de Abril, e dizer que hoje o senhor Deputado Juan Carlos está a limitar a intervenção, seria de ter tento na língua, não é vergonha, é tento na língua, porque numa situação, eu até concordou com o que disse, mas percebe, porque esteve a “cochichar” enquanto esteve a falar, portanto, não deve ter ouvido nada do que

disse, porque eu até concordei com o que disse. Quando o senhor Deputado Juan Martins diz que não quer aceitar um documento daqueles, di-lo porque conhece o relatório de gestão da Câmara Municipal, por isso é que comparou, sabe que aquilo que lá está não é verdade e, por isso, é que diz que não quer aquilo. Não quer chegar aqui com o relatório e dizer aquilo que disse. Portanto, aquilo que chamou à atenção é que é preciso ver o porquê daquilo, só a falta dos números foi corrigida hoje, não estavam lá, portanto, se o senhor Deputado Alexandre Marques diz que o senhor Deputado Juan Martins não tem razão quanto a isto, então não sabe o que é que é o relatório, tinha dados que não estavam corretos, que foram corrigidos hoje. O senhor Juan Carlos sabe quais são os valores, estão lá, mas não estavam no relatório. Aquilo que está lá tem algumas falhas, e o que disse, e que vai aprovar as contas, mas que não quer ter este tipo de relatório, não quer duvidar do revisor, nem quer duvidar da Câmara Municipal. -----

----- **Alexandre Marques:** O senhor Deputado Alexandre Marques Voltou a usar da palavra e disse que quando falou na vergonha, foi relativo àquilo que o senhor disse. Quando começou a primeira intervenção nesta ronda, disse que o relatório de prestação de contas, a leitura deste relatório não deve ter nada político, nada. Entretanto, o senhor Deputado Juan Carlos Martins chegou aqui, a primeira coisa que fez foi dizer, para toda a gente ouvir, quem é que não teve na reunião. O senhor Deputado começou por dizer que a vergonha principal era por causa daquilo que aconteceu ontem, são factos, e o senhor Juan Carlos também tem que aceitar aquilo que foi dito. Não está nada ofendido por factos, está ofendido pelo que o senhor Juan Carlos fez. Para terminar, referiu que tinha ideia que a sentença tinha saído e que o Município terá de pagar isso. Em relação a essa folga orçamental, espera que se consiga pagar isto o mais depressa possível e pergunta se o senhor Presidente consegue ter uma previsão de que os resultados no próximo ano assim o permitam, porque tem, efetivamente, que se reduzir a dívida da Câmara Municipal. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e esclareceu que a Câmara terá todas as condições para efetuar, para ter disponibilidade financeira, este pagamento. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com dois (2) votos contra, um (1) do grupo municipal do PS, do senhor Deputado Miguel Tarenta, e um (1) do grupo municipal do CDS, do senhor Deputado Alexandre Marques, e seis (6) abstenções dos grupos municipais do CDS e do CHEGA, aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2024. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO QUATRO: PROPOSTA AO EXECUTIVO MUNICIPAL SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 3.º GRAU.** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 22/04/2025, que, no exercício da competência prevista no nº 3, do artigo 4º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, remete à Assembleia Municipal, para confirmação, a proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal,

datada de 16/04/2025, sobre a remuneração dos dirigentes intermédios de 3º grau, na 5ª posição remuneratória da tabela remuneratória da carreira de técnico superior, anexa ao Decreto-Lei nº 13/2024, de 10 de janeiro, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2024. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, confirmar a remuneração dos dirigentes intermédios de 3º grau, na 5ª posição remuneratória da tabela remuneratória da carreira de técnico superior, anexa ao Decreto-Lei nº 13/2024, de 10 de janeiro, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2024. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e uma horas e quarenta e sete minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** _____

-----**O(A) Secretário(a),** _____